Entrevista com Diego Corapi, 281

DIÁLOGOS COM
A DOCTRINA

Entrevista com Diego Corapi

RTDC: O senhor cursou a Faculdade de Direito na Università di Roma, “La Sapienza”, no início da década de 1960. Quais são suas principais lembranças dos estudos universitários e quais foram os mestres que mais o influenciaram?

DC: Entrei como estudante na Faculdade de Direito da Universidade de Roma – *La Sapienza* em 1958. Era a época na qual a Itália, destruída pela Segunda Guerra Mundial, estava se transformando de um país agrícola e pobre em um país industrializado e rico (ainda que mantendo fortes diferenças econômicas e sociais entre as suas diversas regiões). A Universidade estava se abrindo às exigências de crescimento social dos jovens e de suas famílias. Isso era demonstrado pela ampliação do número de estudantes, os quais, porém, ansiosos sobretudo pela obtenção do diploma de graduação, do “pedaço de papel”, bilhete de ingresso para um emprego mais qualificado e para uma afirmação social, não se preocupavam em freqüentar as aulas e compareciam à Universidade apenas para os exames. A Universidade se transformava, assim, em um “*esamificio*”, na expressão italiana. A Faculdade de Direito da *La Sapienza* era um caso típico: turbilhões de estudantes no primeiro ano, muitos abandonos nos anos sucessivos, poucos estudantes que se dedicavam aos estudos em exclusivo. Eu pertencia a este grupo de estudantes e, apesar da dispersão causada pelas multidões, conseguíamos acompanhar constantemente aulas e seminários.

Os nossos professores também foram envolvidos por essa transformação. Herdeiros de uma elevada tradição de estudos, mantida até mesmo diante de contingências econômicas e da opressão do regime fascista, sentiam e faziam ser sentida por nós, estudantes, a abertura rumo ao novo, consagrada pela Constituição da República italiana de 1948. Eram mestres que continuavam a obra dos seus mestres. Estudiosos do direito civil como Emilio Betti (talvez ao mais ligado à dogmática da geração precedente), Francesco Santoro-Passarelli (cuja obra *Dottrine generali del diritto civile* continua sendo uma obra-prima de síntese na reconstrução do sistema), Rosario Nicolò (geniais os seus escritos, mas poucos, porque absorvido pela profissão de advogado). Estudiosos de direito comercial como Tullio Ascarelli (fiquei fascinado pela sua personalidade, mas infelizmente só pude seguir o seu curso por poucos meses antes da sua morte), Giuseppe Ferri (menos brilhante nas aulas, mas talvez ainda mais robusto que Ascarelli na reconstrução do direito comercial como expressão da empresa)... Estudiosos inovadores do direito administrativo como Massimo Severo Giannini, Aldo Sandulli, Giuseppe

Guarino. Um estudioso do processo como Salvatore Satta, capaz de nos fazer compreender o drama da vida através dos atos processuais (e descoberto postumamente como grande romancista com a obra *Il giorno del giudizio*). Um penalista como Giuliano Vassalli, que nos estudos do seu campo transmite a herança das análises nítidas e profundas do seu pai, o ilustre civilista Filippo Vassalli. E os históricos como Edoardo Volterra para o direito romano e Francesco Calasso para o ressurgimento do direito romano no medioevo (aquilo que, entre nós, se denomina "História do Direito Italiano")... E um homem de cultura e retidão moral como Arturo Carlo Jemolo, que nos explicava o significado do direito canônico e do relevo jurídico das instituições religiosas no nosso tempo... Cesare Cosciani que, sem o dogmatismo exclusivista da análise econômica do direito, importada mais tarde dos Estados Unidos, impunha o rigor da reflexão econômica no estudo da ciência financeira, necessário também a nós, juristas...

Dentre esses mestres, inesquecíveis não somente como estudiosos, mas como pessoas que nos comunicaram sua experiência de vida, dois foram particularmente importantes para mim: Giuseppe Ferri e Gino Gorla.

Giuseppe Ferri foi o orientador da minha monografia de graduação (*tesi di laurea*), tendo sugerido que eu direcionasse minha pesquisa ao tema da natureza jurídica do direito de autor, com base em uma doutrina alemã do século XIX (Otto von Gierke) que configura-o como direito unitário, expressão da personalidade, superando-se, assim, a abordagem da obra como bem imaterial objeto de um direito equiparável ao direito de propriedade. Naquela época (estávamos em 1962) a tese podia parecer teórica, mas hoje resulta extraordinariamente precursora à luz da comparação, no plano doutrinário, com o *copyright* da *common law*, como direito de exclusividade monopolística do qual a obra é o ponto de referência, mas não o objeto, e, no plano econômico e social, com a evolução tecnológica que tornou impossível o controle da difusão da obra e requer a elaboração de diferentes formas de tutela jurídica (*as new properties* e os *creative commons*).

Depois da graduação, passei, sempre sob a orientação segura de Giuseppe Ferri, ao estudo do direito societário, que resultou em um volume sobre os estatutos das sociedades por ações (publicado em 1971). Foi um trabalho exaustivo do qual agora, passados trinta anos, consigo ver claramente o fio condutor: o contrato plurilateral associativo, como estrutura que permite regular a sociedade, ao mesmo tempo, como relação comercial entre os sócios e como organização reconhecida como sujeito de direitos próprios.

Sempre sob a orientação de Giuseppe Ferri iniciei-me na carreira acadêmica, primeiro como assistente junto à *La Sapienza* e, mais tarde, como professor de direito comercial das Univer-

sidades de Macerata e Salerno. No meio-tempo, porém, havia encontrado a outra personalidade de mestre que me influenciou profundamente: Gino Gorla.

Como todo bom jurista da sua geração, ele havia se formado sob a doutrina pandectista, mas já nos seus primeiros ensaios manifestava uma inquietude nos confrontos da interpretação dogmática do direito. Decisivo foi, para ele, o contato com a *common law*. Por meio do método casuístico e da comparação, a sua obra fundamental sobre o contrato penetrou na íntima estrutura das tradicionais categorias civilistas. Os seminários por ele organizados com a participação dos estudiosos das mais prestigiosas universidades estrangeiras, como John Henry Merryman da Universidade de Stanford (Califórnia), nos tornou conscientes de que, além da comparação diacrônica (histórica), também aquela sincrônica era indispensável para compreender os ordenamentos, os institutos e as normas jurídicas.

A aquisição do método comparatístico e o conhecimento do sistema jurídico dos Estados Unidos foram, mais tarde, fundamentais para o prosseguimento dos meus estudos e pesquisas. Depois de um período com John Merryman na Universidade de Stanford, pude publicar um volume sobre associações temporárias de empresas, baseado em uma análise das relações de *joint ventures*, como relações de colaboração e, portanto, associativas *lato sensu*, distintas das verdadeiras e próprias sociedades.

Os estudos conduzidos nos Estados Unidos me levaram também a compreender os mecanismos das *corporations*, o papel do capital financeiro, o *market for corporate control*, os *take-over bids* e o *insider trading*, ainda antes que a análise econômica do direito invadisse o campo com seus inaceitáveis postulados sobre o *homo economicus* como medida de toda relação. Preparado por esse conhecimento mais consciente do significado do capitalismo na sociedade, consegui, de fato, resistir à efêmera moda de considerar o direito função somente da eficiência, e não sobretudo da justiça.

RTDC: Quais as diferenças, do seu ponto de vista, entre as faculdades daquela época e as de hoje?

DC: As diferenças são notáveis. Na Itália mudou a sociedade civil e mudou também a Universidade. Uma primeira forte transformação se realizou nos anos 1970, quando se permitiu o acesso a qualquer universidade italiana dos diplomados em qualquer tipo de escola secundária (assim, por exemplo, também os diplomados em escolas técnicas, como os agrimensores e os diplomados em guia de turismo tiveram acesso à faculdade de direito). O número dos estudantes se multiplicou. As universidades tornaram-se "*esamifici*" (isto é, fábricas de exames): durante o ano acadêmico eram previstas muitas sessões de exames e os estudantes não freqüentavam as aulas, mas se preparavam para os exames estudando de modo mnemônico.

A ampliação da população estudantil era inevitável e constitui certamente um progresso para a sociedade italiana que havia se desenvolvido economicamente. Foi acompanhada de motivações ideológicas, típicas do período de 68: a instrução é para todos, o saber deve ser socialmente compartilhado. Propiciou também momentos de lassidão, que de resto as estruturas, inadequadas para responderem à massa de estudantes, aquiesceram de forma mais ou menos consciente. As Faculdades de Direito mantiveram o papel de Faculdades “*bonnes à tout faire*”, isto é, continuaram a formar a instrução elementar para o acesso a diversas profissões, não somente àquelas tradicionais de juiz, advogado e notário. Mas – como disse – no interior das Faculdades se criou uma cisão entre, de um lado, o núcleo de estudantes que continuavam a preparar-se segundo os métodos tradicionais e, de outro, uma legião de estudantes que estavam ali apenas para superar os exames e sair da universidade o mais rápido possível.

Somente algumas Faculdades, ajudadas por sua própria tradição e prestígio, conseguiram manter o bom nível dos cursos. Outras, especialmente aquelas mais novas, nem sempre conseguiram.

A Faculdade de Direito de *La Sapienza*, em virtude de sua tradição e da seleção do corpo docente, que continuava sendo muito rigorosa, estava entre aquelas que conseguiram preservar o nível elevado. Ao preço – porque infelizmente tudo em nossa vida tem um preço – de permanecer talvez excessivamente ancorada ao passado, na estruturação dos cursos como um todo e, sobretudo, em suas estruturas organizacionais.

Nos anos mais recentes, no entanto, este conservadorismo se revelou uma tábua de salvação porque permitiu resistir a uma ulterior mudança: a divisão dos cursos em diploma curto (*laurea breve* – depois dos primeiros três anos) e diploma completo (*laurea magistrale* – depois dos últimos dois anos). Esta divisão pode talvez ser adequada no caso dos cursos oferecidos por outras Faculdades (como, por exemplo, engenharia), que apresentam características de especialização distintas; é, contudo, inteiramente incongruente no campo do direito, onde o programa de ensino é unitário e seu estudo não pode ser subdividido em diversos níveis. E de fato poucos anos depois a ideia foi abandonada e as Faculdades de Direito voltaram ao tradicional curso unitário.

RTDC: Qual deve ser o papel da Universidade? Uma formação mais generalista ou mais especializada? Como o senhor analisa o programa dos cursos de Direito?

DC: As considerações sobre as diferenças entre as Faculdades de ontem e de hoje já permitem compreender qual é para mim o papel de uma Universidade e em particular de uma Faculdade de Direito.

Se, como creio, o estudo do direito deve oferecer ao menos uma “*forma mentis*”, um modo de raciocinar que permita entender o seu papel como instrumento para a realização da justiça e paz social, a formação do jurista não pode ser nem absolutamente generalizante nem absolutamente especializada.

Por um lado, o ensino somente especializado, ainda que de matérias atuais e relevantes, não tem qualquer valor formativo se não é fundamentado em método que interligue a matéria, individualmente considerada, ao sistema ou à função própria do direito. Por outro lado, o ensino somente de doutrinas gerais corre o risco de se tornar abstrato e não contribuir para o sentido concreto da missão do jurista na sociedade.

Na realidade, ontem como hoje, o estudo do direito deve ser global. Trata-se então de articular um currículo que possa oferecer a visão integral do fenômeno jurídico mediante o estudo, de um lado, dos institutos e dos métodos de interpretação, e, de outro, de sua concreta aplicação.

É verdade que as fontes do direito se multiplicaram, a produção e a aplicação do direito se estendeu, não é mais a era da codificação. Mas por maioria de razão tem-se necessidade de uma orientação baseada em princípios, regras, institutos fundamentais. Um nosso grande Presidente do Conselho de Estado (Franco Piga) dizia que para ser bom administrativista há que ser antes de tudo um bom civilista, porque é o estudo das doutrinas gerais do direito civil que fornece as bases para a compreensão dos institutos e das normas, ainda mais necessárias no direito administrativo, que se desenvolveu na Itália (como em outros ordenamentos de tradição jurídica da *civil law*) fora de um enquadramento codificado.

Hoje impera em muitas Faculdades um ensino nocional. Propicia-se aos estudantes livros sempre mais amplos e minuciosos, com a exposição de miríades de leis e decretos. Entende-se que seja necessário oferecer uma informação completa em todos os detalhes e especializada. E no entanto não acredito que este tipo de ensino seja útil; ao contrário acredito que seja danoso. Perde-se no detalhe e perde-se o sentido de um instituto, de uma norma, e por vezes, de um inteiro setor do direito positivo.

Pode ser que – como revelou há tempos o meu grande amigo Natalino Irti – estejamos vivendo na *era da descodificação*. Os códigos (em particular o código civil) teriam perdido o papel central na interpretação e aplicação do direito.

Não se pode negar, de fato, que, no campo das relações econômicas, o direito de empresa, de um lado, e o direito do consumidor, de outro, tenham assumido papel autônomo em relação ao direito civil tradicionalmente baseado no código.

Mas esta articulação exige por isso mesmo um esforço ainda maior de reconstrução sistemática. Exatamente aquele tipo de reconstrução que um estudo especializado e sobretudo os programas que objetivem exclusivamente transmitir noções, não estão em grau de oferecer.

RTDC: E na pós-graduação, o que precisa ser mudado?

DC: Nos cursos de pós-graduação, a meu ver, deve-se prestar mais atenção ao tema de estudo e de pesquisa objeto da tese final. Os que participam desses cursos freqüentemente repetem apenas a experiência dos estudos feitos durante o curso de graduação. O empenho e a qualificação deveriam ser muito mais intensos. Ou, como na França, se poderiam distinguir dois tipos de curso de pós-graduação: um orientado ao estudo mais aprofundado de institutos e normas, outro direcionado para a orientação profissional.

RTDC: A literatura, a poesia e as artes em geral contribuíram para a sua formação?

O que recomendaria, neste sentido, para as próximas gerações?

DC: A formação literária assim como o estudo e a sensibilidade para a arte certamente contribuíram para minha formação. Especialmente importante foi minha predileção pela história, mas também pela economia e pelas ciências sociais em geral. Creio que o estudo histórico é realmente indispensável para a compreensão dos fenômenos jurídicos atuais, simplesmente porque somos feitos da nossa história e o direito é um produto dessa história. Creio ser também essencial o conhecimento linguístico, da própria língua materna e do latim, mas também de línguas estrangeiras: o alemão, que criou no século XIX o vocabulário de nosso direito civil e o inglês, que, por outro lado, criou um vocabulário próprio para definir institutos e regras da *common law*.

RTDC: O senhor se destacou não apenas como jurista e professor, mas também como ilustre advogado. Na sua opinião, o que é necessário hoje, para ser um bom advogado?

DC: Hoje como ontem, para ser um bom advogado é necessário ter probidade moral e intelectual. Decisiva é, pois, a sensibilidade social, o interesse pelos fatos da vida e saber depreender dos acontecimentos submetidos ao direito os elementos essenciais que o qualificam juridicamente. É preciso certa intuição psicológica para compreender situações vividas e sofridas na pele. Paixão e empenho também são requeridos. Não basta preparação específica em uma ou mais disciplinas, embora isso seja necessário, mas sem abdicar da probidade moral e intelectual, e do *Fingerspitzengefühl* para o direito. Mesmo aqueles advogados extremamente especializados e que têm por isso grande sucesso profissional (e econômico) desenvolvem uma atividade que nunca é repetitiva.

Mas, insisto, é mister haver também probidade moral e intelectual: o miserável estado no qual caíram as instituições políticas e sociais do meu país nestes últimos anos, torna mais urgente esse reclamo. Qual “direito” podemos ensinar aos jovens se os exemplos que oferecem aos jovens os que detêm altas responsabilidades são deploráveis? Que me perdoem o desabafo, mas seria hipócrita se não tocasse neste lamentável aspecto da atual situação de meu país (a não só d’eli). A esperança está nas próximas gerações e nos exemplos que deixaremos a eles.

RTDC: Quais foram os casos mais importantes de que o senhor participou?

DC: Foi importante, na minha atividade profissional, a participação por muitos anos em agências reguladoras independentes com função de fiscalização, como a Consob (Comissão Nacional para as Sociedades por ações e a Bolsa) e o Isvap (Instituto para a Vigilância sobre Seguros Privados), que foram instituídas e começaram a operar plenamente a partir dos anos 80 do século passado. A definição de suas funções e de seus poderes impôs a revisão dos institutos e das regras de direito comercial. A participação na organização e nas atividades da Consob (como consultor) e no Isvap (como membro do conselho) foi, portanto, uma experiência que acrescentou muito para minha atividade profissional.

Mas, ao lado desta atividade, aduzo uma outra, com características muito diversas, referente aos contratos empresariais: a participação nas negociações de contratos internacionais para grandes obras. Esta experiência me levou por todo o mundo: no Irã colaborei na celebração do contrato para o grande porto de Bandar Abbas com o governo do Xá, e na sua renegociação, após a revolução dos Aiatolás. Na hoje extinta República Democrática alemã, participei das trabalhosas negociações de um contrato para a realização de uma usina siderúrgica. Em Israel colaborei na organização de uma estrutura ítalo-israelita para realizar obras na Nigéria. Nos Estados Unidos, estive em Illinois, no mês de fevereiro, a trinta graus abaixo de zero, para resolver um conflito entre empresas que participavam da construção de uma planta industrial. Estive na Turquia para negociar as condições do contrato para a autoestrada Istambul-Ankara, na Argentina para definir as relações com o governo após a falência de uma cooperativa habitacional.

Estas experiências de negociações e discussões na prática fizeram crescer a minha sensibilidade para a definição concreta das questões jurídicas e me ajudaram enormemente na fase seguinte da minha atividade profissional, dedicada principalmente ao contencioso diante dos juízes comuns e arbitrais.

Foi também muito interessante a participação como *expert* de direito italiano junto a cortes de *common law* no Canadá, nos Estados Unidos e no Reino Unido.

A necessidade de apresentar de modo acessível, a pessoas formadas em uma tradição jurídica distinta, institutos e regras próprios da *civil law*, me obrigava a um exercício de análise comparatista de grande sutileza.

O *litigator*, isto é, o advogado que se dedica exclusivamente ao contencioso, como ocorre no mundo anglossaxão, deve adquirir uma particular sensibilidade para avaliar as questões de direito, mas também, e sobretudo, para avaliar os fatos e as provas dos fatos. As particularidades do procedimento de *common law*, a sua oralidade, o caráter formalmente *adversary* e, nos Estados Unidos, a presença do júri, têm como consequência uma forte especialização do *litigator*. Na Inglaterra, até poucos anos atrás, os *barristers* eram os únicos a poder exercer o mister da defesa diante dos tribunais e constituíam uma categoria absolutamente distinta dos outros operadores do direito, os *solicitors*.

No nosso mundo, ligado à tradição romano-germânica, a distinção de papéis entre os advogados não é tão absoluta. A estrutura sistemática dos nossos ordenamentos (com os códigos arquitraves do sistema) e, ao mesmo tempo, o processo (de matriz canônica) baseado sobre uma formação progressiva da prova conduzida diretamente pelo juiz, fazem com que, também na formação do *litigator*, deva estar presente um conhecimento do modo pelo qual as questões de mérito são colocadas no quadro do sistema, e que, portanto, seja necessária uma experiência direta também com as fases não contenciosas da vida do direito.

Um conhecimento completo se consegue, então, na experiência dos árbitros, onde se é chamado freqüentemente a assumir diversos papéis: defensor do requerente ou do requerido, árbitro ou juiz.

A perspectiva diversa que cada um destes papéis oferece conduz a uma experiência completa do "mistério do processo" (assim o definia Salvatore Satta), isto é, ao modo pelo qual se alcança a "verdade processual" e a sentença.

Foi assim certamente pra mim: a experiência de árbitro ou de defensor em procedimentos arbitrais foi e ainda é um aspecto fundamental para o meu crescimento profissional. Foi particularmente relevante, por razões óbvias ligadas à minha formação comparatista, a experiência das arbitragens internacionais, na qual as diversas tradições e mentalidades dos juristas se encontram, e se desencontram, mas devem chegar a uma síntese. A arbitragem internacional é, neste sentido, o instrumento para o desenvolvimento de regras próprias do comércio internacional (a chamada *lex mercatoria*).

RTDC: Tendo o senhor atuado em diversas arbitragens, qual o seu posicionamento sobre o fortalecimento progressivo deste procedimento?

DC: Penso que seja um desenvolvimento positivo. Tanto no que diz respeito às arbitragens de direito interno, importantes ainda para alguns setores típicos do direito do consumidor

(note-se que os EUA começaram a recorrer à arbitragem para as *class actions*), quanto no que tange às arbitragens no comércio internacional. Atenção, porém, porque estamos falando de arbitragem em sentido estrito, isto é, de um verdadeiro julgamento que decide uma controvérsia a partir de uma decisão de caráter jurídico ou, ainda, equitativa, mas sempre de uma decisão. A arbitragem deve ser distinguida dos outros métodos de resolução de litígios, que se aproximam a uma conciliação que deliberadamente ignora o resultado da questão jurídica. Ainda que esses procedimentos sejam importantes neste atual momento de crescimento descomunal dos processos judiciais em todos os países, seu papel é diferente: não respondem a uma demanda de justiça, mas de resolução de litígios socialmente inútil e prejudicial.

RTDC. Qual o seu método de trabalho acadêmico? De todas as suas obras, qual considera a mais importante?

DC: Meu método de trabalho acadêmico é composto por pesquisas algo rapsódicas no início, especialmente quando eu tento ler e perceber as questões que um determinado tema explicita. A análise comparativa é a base do meu trabalho e isso resulta na exploração de diferentes campos.

Atualmente, meu pensamento está preso ao tema da personalidade jurídica das sociedades acionárias e das consequências que são extraídas da metafórica equivalência entre pessoas físicas e jurídicas (Ascarelli ironicamente a definia "l'omone"). Basta pensar no desenvolvimento de grupos de sociedades e seu significado no financiamento da economia para ver o quanto há para estudar de suas estruturas jurídicas que têm permitido o desenvolvimento do capitalismo. Aqui está, então, a necessidade de compreender como essas estruturas são racionalizadas com base em uma análise econômica, mas, por outro lado, há também a necessidade de se examinar o significado da pessoa jurídica no direito público e constitucional, confirmando que a análise comparativa supera a tradicional distinção direito público-privado. Paro por aqui: é fácil compreender que as minhas pesquisas se nutrem de grandes e numerosas curiosidades. Obviamente, luto depois para convertê-las em resultados definitivos.

A mais importante das minhas obras é sempre aquela que ainda tenho que terminar de escrever. Hoje é a revisão e a edição das minhas lições ditadas pelo curso de direito comparado, que durante tantos anos tenho realizado nas diversas universidades onde lecionei. Os alunos gravaram e transcreveram minhas aulas, as quais estou revendo e ajustando. Parece-me, portanto, que o texto escrito não tem a vivacidade da exposição oral e isto me traz problemas.

Constrangido por esta entrevista a repensar meu trabalho, me retorna à mente com nostalgia a ansiedade, mas também o entusiasmo (um pouco presunçoso), com que trabalhei em duas monografias (já mencionadas), as quais apresentei no concurso da Faculdade : uma sobre “Estatuto das sociedades por ação” e outra sobre “Joint Ventures”, ambas com idéias inovadoras, resultado de minha paixão pela análise comparativa.

RTDC: O senhor, além de Professor do *Istituto di Diritto Privato Comparato* da *Facoltà di Giurisprudenza dell'Università di Roma – La Sapienza*, Professor Visitante do *Centre for the Advanced Study of European and Comparative Law (Oxford)*, da *Temple University (Filadelfia)*, das Universidades de Paris I e II, *Paris-Dauphine*, *Aix Marseille*, *Louvain-La Neuve* e *San Paolo*, è Membro da *Académie Internationale de Droit Comparé*. Como o senhor vê o intercâmbio de experiência jurídica entre os diversos países?

DC: O intercâmbio de experiência jurídica entre diversos países não é novidade. Na história do direito do Ocidente, a partir do século XII com o renascimento do direito romano e a criação do direito canônico e posteriormente com o desenvolvimento dos direitos nacionais ao final do revolucionário período do Iluminismo, de formas diversas tem sempre havido uma troca de experiência na formação dos juristas e na elaboração e aplicação das leis. A novidade é que nos últimos tempos, o intercâmbio não apenas se intensificou, mas também sua finalidade não é mais tanto aquela de aprender técnica e teoria a serem eventualmente importadas, mas aquela de compreender o fundamento das diversas regras e instituições a fim de harmonizá-las aos princípios próprios da civilização jurídica comum ao ocidente e agora também aos direitos fundamentais considerados universais.

RTDC: Qual o papel do direito comparado na formação do jurista? Trata-se de disciplina obrigatória na Itália?

DC: A nova perspectiva dos intercâmbios de experiência jurídica a que acabei de me referir demonstra que a análise do direito comparado é essencial ao estudo que o intercâmbio pretende promover e à finalidade que se pretende alcançar. O estudo do direito comparado é por isso essencial para a formação do jurista. Na Itália essa disciplina é considerada obrigatória em muitas faculdades, mas mesmo naquelas em que não é prevista como obrigatória, é ministrada e vem adquirindo relevância.

RTDC: Qual o papel do direito comparado no direito interno de países como o Brasil? E na União Européia?

DC: Creio que também no Brasil o ensino dos métodos e da finalidade do direito comparado tornou-se essencial. Como tive a oportunidade de observar em meu artigo sobre recente

trabalho de Arnaldo Wald acerca das tendências atuais do direito brasileiro, o ordenamento jurídico brasileiro superou a fase de dicotomia entre o direito estudado e ensinado e aquele vivido e aplicado em concreto. O Brasil possui um ordenamento complexo que está evoluindo e que, apesar do legado de sua matriz européia, sofre a influência estadunidense e, sobretudo, coloca agora na base do ordenamento a necessidade de resolver as concretas questões da economia e da própria sociedade. Considero que para isso é fundamental a interação entre a norma constitucional, a lei ordinária, os códigos e a jurisprudência.

O direito comparado nesse novo contexto não é mais simplesmente "viagem cultural" à Europa para conhecer as novidades mais importantes e se preparar para a função de jurista de forma alienada às demandas da vida de seu país. Direito comparado no Brasil hoje é também e sobretudo a análise muito complexa e muito completa das questões da vida social e econômica. O confronto com as soluções de outros ordenamentos tem o único fim de abordar tais questões do modo mais correto e eficaz.

Na verdade, na União Européia o direito comparado é, há tempos, considerado subsídio indispensável à elaboração e aplicação do direito comunitário. Apenas a comparação permite compreender e distinguir instituições e normas expressas em línguas diversas e interpretadas em contextos diversos. Apenas o direito comparado, superando a inevitável divergência dos institutos e normas através da criação de uma linguagem nova, permite definir e resolver as questões que se colocam. Noções novas surgem de tal forma elaboradas que têm relevância e aplicação, em um primeiro momento, apenas no direito comunitário, mas depois inevitavelmente acabam por influenciar também o direito interno dos países membros da União Européia.

RTDC: Como o senhor vê a chamada unificação do direito obrigacional no Código Civil brasileiro de 2002?

DC: A minha primeira reação à unificação foi de grande aprovação. Na qual talvez tenham participado um pouco de preguiça intelectual e talvez uma ponta de orgulho nacional. A Itália (na esteira da Suíça) com o Código Civil de 1942 já havia implementado esta modificação. Essa é uma parte integrante da nossa cultura jurídica e o novo Código Civil do Brasil retomou muitas das soluções adotadas pelo nosso Código Civil.

Mais recentemente, porém, o desenvolvimento de um direito do consumidor, que mesmo na Itália encontrou espaço em um distinto "Código do Consumo" e, por outro lado, o desenvolvimento do direito societário e dos contratos entre empresas distinto do direito das obrigações civis, fez-me refletir sobre a real integração do direito das obrigações e sobre a real subsistência de um único sistema codicístico. Por isso, parece-me que o verdadeiro

elemento unificador do direito das obrigações no Brasil deveria ser buscado não na formal unidade da singular fonte codicística, mas sobretudo na presença de unitários princípios fundamentais de relevo constitucional (penso por exemplo no artigo do Código Civil que afirma a “função social” do contrato).

RTDC: Qual a herança mais preciosa que o Direito oferece ao século XXI?

DC: A herança mais preciosa que recebemos da história do direito do século passado é aquela da afirmação do direito como fundamento da vida social e econômica. Entendo o direito como um complexo de regras que almejam a justiça e a paz social e, portanto, como regulamentação baseada em valores fundamentais. Daí a essencialidade do reconhecimento do valor de cada ser humano como “pessoa”, como sujeito ao qual são reconhecidos “direitos inalienáveis?”, direitos esses em que se reconhece a sua “dignidade”. Este reconhecimento, que já aconteceu nas Constituições de diversos Estados e que — como agora confirmado — envolve repercussões diretas sobre instituições da vida civil, deve, todavia, no contexto globalizado da sociedade humana, tornar-se universal, enquanto fundamento imprescindível do nosso futuro.

A Declaração Universal dos Direitos do Homem proclamada pela assembleia das Nações Unidas em 1948 constitui um passo importante nessa direção, assim como a Convenção europeia para a proteção dos direitos do homem e das liberdades fundamentais, firmada em Roma em 4 de novembro de 1950. A Carta de Nice incorporou o princípio da “dignidade” de cada ser humano como fundamento dos ordenamentos europeus, e a Corte europeia dos direitos do homem, sediada em Estrasburgo, é seriamente empenhada na sua tutela judiciária. Destes desenvolvimentos se nutre a esperança para o futuro.